



Aprovada em Assembleia
21.12.10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4/2010

Sessão realizada em 29 de Setembro de 2010

ACTA N.º 4/2010

Aos vinte e nove de Setembro de dois mil e dez, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Ventura Gavinhos e secretariada pela Sra. D. Maria do Carmo Nogueira e Senhor António Albino Carvalho.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: Vítor Ângelo Martins, Carlos S. Martinho Gomes, Maria de Lurdes Liberato, Jean Paulo Barroca que justificaram a sua ausência. Também justificaram atempadamente a sua falta os membros José Manuel Anacleto e Catarina Maria Gavinhos que foram substituídos respectivamente por João Couto Gonçalves e José Luís Oliveira. Faltaram ainda os membros Maria Alice Cardoso, Nuno Miguel Henriques, José Filipe Gonçalves, Vítor Hugo Costa, Júlio Trindade Correia Fernando Dias Barata, António Roque, Filipe Gonçalves que não apresentaram qualquer justificação. Os Presidentes de Junta de Souto da Casa e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais.

Estiveram presentes todos os membros do Executivo.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em Exercício declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação para o ano de 2011 das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis”;

2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação para o ano de 2011 da Taxa Municipal de Direito de Passagem”;

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal do Fundão e do estabelecimento de Medidas Preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Soalheira”;

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal do Fundão e do estabelecimento de Medidas Preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Silvares”.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício justificou a ausência do Senhor Presidente da Assembleia, Vítor Martins, que por afazeres profissionais se encontra em Coimbra. O Senhor António Albino Sousa Carvalho ocupou o lugar de 2º secretário na Mesa. De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a acta nº 3/2010 que não foi alvo de qualquer consideração e foi aprovada por maioria com 1 abstenção do Membro Henrique Pereira Dias, por não ter estado presente naquela sessão. De seguida deu conhecimento à Assembleia que já havia dado entrada na Mesa uma Moção, apresentada pelo Membro Aires Patrício, que seria votada no final do Período de Antes da Ordem do Dia.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

José Luís Oliveira – Fez uma declaração que se junta à presente acta como Anexo 1.

Rosa Moreira – Frisou a importância do papel desempenhado pelas Irmãs Franciscanas Hospitalares da Imaculada Conceição durante os muitos anos que aqui exerceram a sua actividade e que agora nos vão deixar. Destacou a personalidade da Irmã Teresa que abraçou em todos estes anos a vertente religiosa e a profissional como enfermeira, sendo uma figura marcante nesta cidade e no concelho, a quem propõe um voto de louvor pela sua dedicação aos doentes, especialmente aos mais necessitados.

Luís Lourenço – Baseou a sua intervenção no documento que se junta à acta – Anexo 2 – onde abordou essencialmente o grave problema económico que assola o nosso País.

Joana Bento – Abordou o tema do atraso no pagamento dos subsídios às associações do concelho por parte da Câmara Municipal (Anexo 3 à presente acta).

Aires Patrício – Manifestou mais uma vez a sua discordância por não participar nas reuniões da Comissão Permanente, como eleito do CDS/PP e representante de algumas centenas de cidadãos que votaram no seu partido. Isto choca-o pela postura ético/política estranha a uma democracia que se quer moderna. Lamentou que mais de 50% do que os Portugueses ganham seja absorvido pela carga fiscal em impostos directos e indirectos. Tem esperança que esta Câmara Municipal adopte medidas que evitem mais dificuldades aos cidadãos. Impõe-se-nos pugnar em conjunto por um quadro de vida individual e colectiva que nos aproxime de uma Europa tão invocada, de que nos estamos a afastar drasticamente. Felicitou a Câmara Municipal pelo sucesso dos “Chocalhos”. Mas lamenta a falta de preocupação por parte de quem, ao promover esse evento não teve em conta que tudo devia ser limpo e desinfectado por respeito a quem ali vive. Isto não se passou, o que lamenta, o que pode afectar a saúde pública.

Rogério Hilário – Solicitou à Membro Rosa Moreira que o voto de louvor à Irmã Teresa fosse estendido a toda a Assembleia Municipal. Aproveitou também a oportunidade para enaltecer o trabalho altamente meritório das Irmãs Franciscanas Hospitalares da Irmandade da Conceição que desde 15 de Junho de 1899 trabalham no hospital, nos infantários, no Lar, ajudando muito a comunidade. Lembrou também que a Câmara Municipal já havia publicamente reconhecido esse facto há algum tempo.

Luís Cerdeira – Leu um documento que se junta à presente acta como Anexo 4.

Eduardo Saraiva – Informou que em principio no próximo mês de Novembro se iriam iniciar as cerimónias de homenagem a Adolfo Portela. Sob iniciativa dos Caminheiros da Gardunha, essa homenagem denominar-se “Além da Ponte”, porque em Águeda, Adolfo Portela nasceu num local denominado Além da Ponte. Agradeceu a colaboração e receptividade das Câmaras Municipais do Fundão e Águeda para a realização desta iniciativa. Saliu o enorme sucesso que tiveram “Os Chocalhos” e “Festa da Vindima no Salgueiro, considerando-os dois momentos altos do nosso concelho. Chamou também a atenção da Câmara Municipal para o estado de degradação em que se encontra a calçada do convento, já que muitas pedras já saltaram ou foram retiradas por alguém, pelo que se devia actuar com urgência, tendo em vista a sua preservação.



Rogério Hilário – Começou por dizer que sente o futuro do nosso País e da nossa região muito incertos. Impõe-se reflectir sobre o que se passa e o que se pretende para o futuro próximo, para resolver a situação. Ouvem-se todos os dias notícias cada vez mais preocupantes sobre o nosso País, num momento em que outros já tomaram a tempo as medidas consideradas necessárias com que vão resolvendo os seus problemas, enquanto nós continuamos a afundar-nos cada vez mais. Interroga-se sobre o aumento do desemprego, do endividamento, dos impostos, duvidando de que as políticas adoptadas sejam as mais correctas. Reclama o direito à indignação e o de participar numa possível alteração ao processo político que estamos a passar. Já se deveriam ter mudado as agulhas da economia e o Orçamento de Estado não devia ser negociado com base em interesses partidários. O cenário que nos estão a propor é muito complexo e poderá levar-nos a um não regresso. Todos os dias fecham empresas e aumentam as pessoas que perdem a possibilidade de exercer os seus dotes profissionais, as suas competências. Devemos reflectir sobre o que está a acontecer e interessa perceber que temos de adoptar uma nova filosofia de vida, para que os nossos filhos possam viver tranquilamente neste País. Não pode concordar com este aumento de impostos, mas que se corte no que não é essencial, não nos serve ou seja inútil. Com todas as dificuldades e por estarmos no Interior, ainda somos mais lesados com estas políticas. As portagens a cobrar a partir de Abril são altamente penalizadoras. O PS do Fundão calou-se e aceitou o facto. O principio da discriminação positiva para quem vive no Interior devia ser uma realidade, mesmo que o seu partido a nível nacional possa ter opinião contrária. Este território necessita, ao nível governamental, de uma nova filosofia e de um novo rumo.

Nuno Baltazar Mendes – Como a intervenção anterior havia interpelado o seu partido, teria de se pronunciar sobre a mesma. Neste momento todos sabem a situação grave que o País atravessa e que leva a tomar medidas de uma gravidade significativa. Nas crises existe um momento em que temos de parar e decidir. O PS reconhece que temos de perceber para onde queremos ir e é chegado o momento de tomar decisões responsáveis que não são de modo algum compatíveis com jogos partidários. Disse estar convicto de que todos estarão à altura das decisões a tomar, sem se perder a coesão social que é um elemento decisivo. Todos devem assumir responsabilidades sem pensar nos custos eleitorais que isso provoque. A história não registará aqueles que não tomem decisões sobre as medidas que se impõem, não só para combater o deficit mas também porque pode estar em causa o nosso modelo económico. Outra questão vital é a de percebermos o que é que cada um de nós pode fazer por este País. Não podemos delegar ou aceitar que tudo tenha de ser feito pelos outros. Temos responsabilidade nos problemas que assolam o País e devemos assumi-las. Vivemos num estado democrático, temos de preservar o estado de direito, mantendo a coesão social, e assegurando a coesão económica. Teremos de afrontar desafios, que alguns desta geração jamais pensariam enfrentar, mas, como tivemos homens que nos anos oitenta conseguiram ultrapassar uma situação tão difícil como a actual, hoje isso também é exigível aos agentes políticos que elegemos. Esta responsabilidade é de todos e não podemos olhar para o lado e esperar que uns tomem as medidas difíceis e outros pretendam recolher benefícios. Grassa um ataque especulativo pelo nosso País, há muita gente a ganhar dinheiro com os juros que pagamos. Isto faz parte das “regras do Jogo” mas é um jogo que temos de jogar. Neste momento, como noutros, não podemos desvalorizar a moeda ou tomar outro tipo de medidas como as de há 20 ou 30 anos. Reiterou que devemos todos assumir as nossas responsabilidades, com uma confiança sólida de que os responsáveis políticos deste País saberão assumir as suas, em nome do Estado Português.

Eduardo Saraiva – Disse que há momentos na vida em que não gostamos de ouvir determinadas opiniões, mas não devemos esquecer os avisos feitos atempadamente, nomeadamente pelo PSD. Subscreveu a intervenção do Membro Rogério Hilário, grande conhecedor do tecido empresarial e económico da nossa região. Relativamente às SCUT, quando foram anunciadas pelo então Ministro João Cravinho, sem custos para o utilizador, alguém fez avisos. Agora vão ser cobradas e mais uma vez convém lembrar que foi o PSD que alertou para os custos que isso iria trazer ao nosso País e ninguém o quis ouvir. O PSD está interessado em colaborar, com sentido patriótico. Estão alguns a receber juros, mas de certeza que não é o povo. Não escutaram os alertas do PSD e agora “tocam o sino a rebate”, nós vamos responder mas espera que outros não fujam quando tocar a unir. Disse que devem ser atacadas as despesas supérfluas e ter coragem para o fazer. Não aceita o aumento de impostos porque isso só servirá para estagnar a nossa economia e criar mais dificuldades aos Portugueses.

Presidente da Mesa – Associou-se às palavras elogiosas para com a Irmã Teresa, Adolfo Portela, Dr. Salvado Sampaio e Dr. António Lourenço Marques. Leu a proposta apresentada pelo Membro Aires Patrício que se anexa à presente acta constituindo o Anexo 5, relativo a uma possível homenagem a prestar ao Dr. Lourenço Marques.

Presidente da Câmara – Justificou o seu atraso a esta Assembleia Municipal com o facto de ter sido interpelado à entrada pelos trabalhadores da empresa “Águas do Alardo” que lhe manifestaram as suas preocupações quanto ao futuro da empresa e aos seus postos de trabalho. Informou que já conhecia o problema e que conversou recentemente com os actuais proprietários que lhe deram conta do passivo da empresa e lhe garantiram que a fábrica não iria encerrar embora esteja a laborar muito abaixo das suas capacidades. Foi-lhe também transmitido que iriam desenrolar-se negociações com um grupo nacional e que se estava perante a probabilidade forte de existir um desfecho positivo. Informou também que pediu aos trabalhadores que aguardassem as negociações e que acredita numa solução que viabilize o futuro da empresa. Relativamente às homenagens considerou que existem razões para todas as pessoas mencionadas o serem, já que são figuras muito importantes da nossa história. No entanto informou que a Irmã Teresa e a Congregação já foram alvo de homenagem por parte da Câmara e informou que o executivo participou na festa de despedida realizada no domingo anterior, onde mais uma vez se lamentou a sua saída ao fim de 111 anos de enorme trabalho em prol de todos. Informou também que o Dr. Lourenço Marques criou um marco inigualável na medicina orientada para a pessoa humana e que já foi também condecorado pela Câmara com a medalha de mérito. Deve ser tratado por Comendador Lourenço Marques, já que o Senhor Presidente da República o condecorou, também por proposta desta Câmara, numa recente visita ao nosso distrito. Isto não invalida que se possam prestar outro tipo de homenagens que contarão sempre com a participação da Câmara Municipal. Sobre o Dr. José Salvado Sampaio disse que foi um homem notável e um grande formador de professores, que já mereceu por parte da Câmara em 2003 a sua condecoração. Quanto a Adolfo Portela considerou muito importante a iniciativa dos Caminheiros da Gardunha já que foi um homem que fez muito pelos pobres e pelos mais carenciados da nossa região. A antiga cantina dos pobres, junto ao Largo de São Francisco, foi criada por Adolfo Portela e hoje como nunca a Câmara vai associar-se a este tipo de iniciativas. Informou ainda que a Câmara iria celebrar o aniversário da República durante o mês de Outubro. Sobre o financiamento das associações considerou que a Câmara Municipal tem dialogado com elas e lhes tem feito ver que, apesar de

haver menos recursos continuará a apoiá-las para que continuem a trabalhar com dignidade. Quanto à EN 345, no Escarigo, informou que as obras estão concluídas depois de muito trabalho na recolha das verbas necessárias para tal. Realçou também o empenhamento das Juntas de Freguesia de Escarigo e Salgueiro, já que sem esse apoio precioso, nomeadamente nas negociações com os proprietários para a cedência de parcelas de terreno necessárias para a sua execução. Finalmente sobre a festa dos Chocalhos, disse que o Sr. Aires Patrício tem uma magnífica casa situada no coração daquela festa e que compreende a sua opinião e o facto de lhe poder causar alguns inconvenientes que inclusive o fazem deixar Alpedrinha naqueles 3 ou 4 dias. O certo é que os Chocalhos são sinónimo de sucesso e o evento da nossa região que mais pessoas reúnem, este ano cerca de 50.000 pessoas. Apesar dos investimentos significativos é sempre necessário fazer-se mais, até porque as exigências vão sendo cada vez maiores. O nível de organização deste ano foi também muito melhor e a limpeza efectuada, mas tudo será inelhorado com a ajuda de todos os parceiros. Relativamente à crise económica que assola o nosso País começou por recordar que há 1 ano, em campanha eleitoral, o PS considerava o País uma coisa completamente diferente da de hoje. Era o País que podia gastar milhões em obras públicas, podia baixar impostos, tal como fez. Passados poucos meses demos conta que fomos enganados e que afinal o País cor-de-rosa” e risonho que se nos apresentou não correspondia à realidade. O País como é responsável e constituído por gente honesta e capaz aceitou o desafio de apertar o cinto com a implementação do PEC e anuiu ao congelamento dos salários na função pública, ao aumento do IVA de 20 para 21%, ao aumento do IRS no escalão mais alto de 40 para 45%, à diminuição em 5% dos salários dos políticos, ao aumento generalizado de todas as contribuições e impostos. As autarquias foram alvo de grandes reduções nas verbas ao seu dispor, exemplificando com a Câmara Municipal do Fundão que passou a receber menos 100.00 Euros mensais. No entanto era necessário que o Estado cumprisse uma condição fundamental que era a de baixar a despesa. Isso não foi feito e inclusive aumentou a despesa corrente do estado em mais 4%. Agora vêm em nome do interesse nacional pedir mais sacrifícios aos Portugueses e dar a mesma receita de aumentar impostos e cortar nas verbas para as autarquias. Isto vai levar a mais gastos, a mais despesa porque este governo quer gastar ainda mais, pelo que nos deve surgir a pergunta se estamos dispostos a cair na mesma promessa falsa para que outros desperdicem ainda mais. Esse não é o caminho a seguir, basta de aumento de impostos e de sacrificar sempre os mesmos. O País passou por muitas dificuldades ao longo de décadas, mas sempre soube que com trabalho tudo se resolveria, hoje esse sentimento não existe já que pela primeira vez na nossa história existe um sentimento de incerteza em que as pessoas perguntam “Para o ano vamos estar melhor?”. Quem estiver de boa fé dirá que não estaremos seguramente melhor já que este caminho nos leva à ruína e ao empobrecimento. Temos de falar verdade aos Portugueses e temos de pedir ajuda aos nossos amigos, nomeadamente da União Europeia. Temos essencialmente de criar condições de dar trabalho. Declarou-se farto da cartilha do PS que não fala verdade e espera vir a ter um bom orçamento e um bom governo, o que não acontece de momento.

O Senhor Presidente da Mesa disse que após as informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, a proposta apresentada pelo Membro Aires Patrício se não fosse remodelada deixava de ter sentido uma vez que o Dr. Lourenço Marques já tinha sido condecorado pela Câmara Municipal e pelo Sr. Presidente da Republica. Informou também que, por esse motivo, a proposta tal como estava iria ser retirada pela Mesa. Colocou o voto de louvor à Irmã Teresa a votação que foi aprovado por unanimidade.

Relativamente a este assunto o Membro **Henrique Dias** considerou que O Membro Aires Patrício devia transformar a sua proposta em voto de louvor.

Aires Patrício – Disse que eventualmente cometeu algum erro processual, mas que a sua intenção era a de ser feita uma homenagem pública.

Luís Castanheira – Considerou que a vontade do Membro Aires Patrício era a de organizar uma festa de carácter mais popular, de homenagem ao Dr. Lourenço Marques, já que este contactou com milhares de pessoas, que estariam na disposição de participar na mesma. Predispôs-se a colaborar numa dessas.

O Presidente da Mesa reiterou que a proposta não foi formulada nesse sentido nem foi reformulada pelo proponente, pelo que não iria ser votada.

Eduardo Saraiva – Disse que era importante clarificar de vez este assunto, já que já não sabia se o pretendido era uma homenagem pública, popular ou outra.

2.1 Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município

Abel Rodrigues – Ao escutar as palavras do Senhor Presidente da Câmara, pensou que estava presente num comício do PSD, não entendendo o porquê de tanta exaltação. Em algumas partes da intervenção do Senhor Presidente, já não sabia se estava a falar do País ou da verdadeira situação económica da Câmara Municipal do Fundão, porque perante palavras como verdade, pureza de princípios, também se podem aplicar em ao que se passa e não se admite passar, no nosso Município. Reconheceu mais uma vez que o Sr. Presidente da Câmara realizou trabalho e é para isso que foi eleito, mas quando se tomam opções, estas fazem-se a pensar que estamos a seguir o caminho mais correcto e o governo também o terá feito nessa base. A responsabilidade é de todos e também nos lembramos daquilo que disse Durão Barroso e o que fez quando chegou ao governo. A descredibilização da maioria dos políticos resulta do facto de que, com a chegada ao poder, esquecem tudo ou quase tudo o que prometeram. Sobre a informação escrita do Senhor Presidente estranhou que a mesma já não incluisse uma introdução, já que dava outra dignidade ao documento, concordando-se pouco ou muito com o seu teor. Disse que o documento tem pouco rigor ao nível da escrita e que se recusava a aceitar que algumas coisas tenham sido escritas ou lidas pelos membros do executivo. Exemplificou com o exagero de relato de eventos e outras situações na Moagem, em que tudo é demasiadamente discriminado e não devia constar no documento. Relativamente aos transportes escolares faz-se menção de um quadro anexo, que depois não era apresentado. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que tipo de escavação estava a ser feita junto á linha do comboio, na estação do Fundão, já que por acaso passou por ali e o que viu lhe parece ser uma importante descoberta arqueológica.

Nuno Baltazar Mendes – Começou por dizer que não tinha o mesmo tempo regimental que o Senhor Presidente da Câmara para rebater ponto por ponto algumas coisas do que referiu na sua intervenção, que considerou inadequada e inoportuna. O Senhor Presidente da Câmara não deve ter lido a nota do Senhor Presidente da Republica que alertava os políticos no sentido de ser aprovado o próximo orçamento de estado. Lamentou a forma como o Senhor Presidente fez a sua intervenção, mais parecia que

estava contra o próprio Presidente do PSD, querendo condicioná-lo para que não viabilizasse o orçamento de estado para 2011. Quanto à informação escrita disse que o PS do Fundão sempre assumiu a luta pela devolução do Cine Teatro Gardunha aos Fundanenses, embora o caminho a seguir não fosse o da expropriação mas a via negociável. Em momento algum o PS foi obstáculo do processo escolhido pela actual Câmara, disponibilizando-se sempre a cooperar. Passados 6 anos estamos perante uma decisão judicial que decretou a caducidade da utilidade pública. Deseja o PS que o recurso a apresentar pela Câmara Municipal do Fundão seja julgado procedente. A Câmara pagou cerca de meio milhão de Euros para a elaboração do estudo prévio e projecto de arquitectura, com a aquisição de mais um edifício adjacente e outras despesas suportou mais 250.000 €. Depositou à ordem dos expropriados 800.000 € e embora esteja ainda por decidir o recurso, pergunta o que acontecerá se o mesmo não for considerado procedente, o que fazer ao edifício adquirido. Não tendo assim sido seguida a via da negociação devem ser desenvolvidos todos os esforços, com os meios que a Câmara tem ao seu dispor para atingir o fim pretendido. É a memória da cidade e dos Fundanenses que devemos considerar e preservar. Os interesses aqui defendidos são baseados unicamente no interesse público pelo que ninguém irá contar com o PS para impor o que quer que seja à Câmara Municipal do Fundão. Este é o compromisso do PS nesta matéria e que o Senhor Presidente da Câmara não devia desistir deste processo, para que o Cine Teatro Gardunha possa em definitivo ser devolvido aos Fundanenses.

Aires Patrício – Disse que este País é governado há 37 anos pelo PS e PSD e que cada vez têm mais razão de ser as palavras do Presidente do seu partido quando diz que é necessário cortar na despesa pública, nos institutos e fundações. São palavras populistas mas mais que certas, devemos deixar-nos de lamúrias e combater o que é o cerne da questão. Estamos num momento crucial da nossa história pelo que temos de saber resolver os nossos problemas. Sobre o Cine Gardunha disse que há 15 anos o Dr. Manuel Frexes, então Secretário de Estado da Cultura, propôs a compra daquele imóvel disponibilizando de 250 mil contos, com uma comparticipação de 50.000 contos por parte da Câmara Municipal. Na altura, não se sabe porquê, a Câmara PS liderada pelo Dr. Sampaio Lopes não a quis comprar. Relativamente à limpeza de Alpedrinha pós Chocalhos repetiu que o trabalho deveria ter sido melhor organizado e que durante 3 noites é tanta a gente que circula nas ruas de Alpedrinha que para si é preferível ir-se embora. O *day after* deve ser melhor preparado por respeito a quem ali vive.

Luís Lourenço – Pediu desculpa por comentar neste período a proposta do Membro Aires Patrício no período anterior mas ia fazê-lo rapidamente. Fez questão de realçar que não estava em causa a pessoa, no caso o Dr. Lourenço Marques, mas sim questões formais que poderiam ter sido reformuladas pelo membro proponente. Mudando de tema afirmou que o fundamental desta crise é uma questão económica e que não existe só 1 responsável. Perguntou por aquilo que fizeram à indústria naval, à pesca e em que período isso aconteceu. Sobre a informação escrita deu os parabéns, embora mitigados a esta informação. Mitigados porque o Senhor Presidente da Câmara costumava contextualizar o documento, concordasse-se ou não com essa contextualização, ela agora não existe. Seja um enquadramento político ou uma peça de propaganda efectuada pelo Sr. Presidente, falta neste documento, o que lamenta. Há uma melhor listagem e por isso dá os parabéns, já que lhe faz bem ao *ego* pensar que algumas das suas recomendações são ouvidas. Há algumas listagens bem executadas, nomeadamente as da página 3, mas também outras que não seguem o mesmo exemplo e deviam ser corrigidas. Chamou a atenção para os números mencionados na última página que

dizem que a execução da receita é de 28,9% e que nas despesas correntes e de capital foram pagos cerca de 34% do que foi orçado, representando assim cerca de 31% do que foi comprometido. Entende-se alguma coisa destes números mas são preocupantes.

Presidente da Mesa – Reafirmou que não estava em causa a pessoa do Dr. Loureço Marques mas a forma como foi feita a proposta e não foi reformulada.

Presidente da Câmara – Informou que os vestígios arqueológicos junto à estação da CP foram encontrados no âmbito das obras da REFFER e se trata de uma calçada medieval, provavelmente do sec.XVI, que neste momento está a ser avaliada pelos arqueólogos do GESPAR. Informou no entanto que a mesma não colide com a realização da obra. Sobre os Chocalhos repetiu que no próximo ano se tentará melhorar alguns aspectos e obviar alguns inconvenientes, envolvendo as pessoas a encontrar as melhores soluções. Assim como será melhorada na medida do possível a informação escrita. Relativamente ao Cine Teatro Gardunha assegurou duas coisas: a primeira foi que a Câmara Municipal sempre usou a via da negociação como elemento primordial. Chegou inclusive a acordo com os proprietários para aquisição do imóvel pelo valor de 1.350.000,00 Euros, este acabou por ser desfeito porque um dos 6 herdeiros desentendeu-se com os outros porque achava que tinha direito a receber o dobro dos outros porque supostamente já tinha gasto muito dinheiro. O grande contencioso neste negócio não é com a Câmara do Fundão mas sim dos proprietários entre si. A Câmara seguiu o caminho da expropriação quando verificou que já não existia outro caminho para obter o imóvel. O recurso vai ser apresentado, pois não é homem para desistir.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação para o ano de 2011 das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis”

Luis Lourenço – Informou que conseguiu apurar, através da consulta das actas da Câmara Municipal, que os valores deste ano eram iguais aos do ano anterior, embora estes não constem das actas da Assembleia Municipal e deviam constar.

Henrique Dias – Congratulou-se com o facto de nesta proposta aparecer uma redução de 30% nas taxas para quem faça remodelações de imóveis em zonas antigas.

Não havendo mais interessados em intervir foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação para o ano de 2011 da Taxa Municipal de Direito de Passagem”

Não havendo interessados em intervir foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal do Fundão e do estabelecimento de Medidas Preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Soalheira”

Não havendo interessados em intervir foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.5 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal do Fundão e do estabelecimento de Medidas Preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Silvares”

Joana Bento – Baseou a sua intervenção num documento escrito que se junta à presente acta constituindo o anexo 6.

Presidente da Câmara – Disse que existem momentos em que temos de apelar à justiça da realidade e essa diz-nos que se houve alguém que se empenhou para fazer aquele Parque Industrial foi este Executivo e que ao contrário do que se pretende transparecer, tem de se cumprir a Lei, com todos os incómodos que isso possa causar. Esta Câmara Municipal tudo tem feito e fará para que seja uma realidade. No dia seguinte seria lançado o concurso público para a realização do Parque Industrial de Silvares, pelo que apelava neste caso ao sentido de justiça.

Não havendo mais interessados em intervir foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Terminados a ordem de trabalhos o **Senhor Presidente da Mesa** apelou à Câmara Municipal para que fosse dotada de mais alguns meios técnico próprios para poder ser colocada toda a sua documentação on-line.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em Exercício perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.00 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal

1º Secretário

2º Secretário

VOTAÇÃO DAS MOÇÕES E DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação para o ano de 2011 das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis” – APROVADA POR UNANIMIDADE

2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação para o ano de 2011 da Taxa Municipal de Direito de Passagem” – APROVADA POR UNANIMIDADE

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal do Fundão e do estabelecimento de Medidas Preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Soalheira” – APROVADA POR UNANIMIDADE

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal do Fundão e do estabelecimento de Medidas Preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Silvares” – APROVADA POR UNANIMIDADE

ANEXO I
P
M

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Intervenção ou Moção (Texto base)

A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar.

A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa.

O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso.

Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX.

Os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891, contribuiu para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal.

Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória.

Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja, do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores.

A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes.

Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974) permaneceram vivos na memória do Povo Português como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir.

Setembro/2010



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhoras e Senhores

Apenas duas ou três notas que não gostaria deixar em claro nesta Assembleia.

1. Todos sabemos, e sentimos, que vivemos uma crise, que é internacional, mas que em Portugal se sente talvez de forma mais aprofundada. Crise que tem obviamente que ser combatida. Porém, e não tendo a preocupação de aprofundar razões que o tempo e espaço não permitem, as propostas de solução, que o pensamento global aceita, vão todas no mesmo sentido. Ou seja, há que fazer sacrifícios, só que quem os faz são sempre os mesmos do costume. Enquanto isto os verdadeiros responsáveis (nomeadamente o capital financeiro especulativo) não só nada pagam como, muitas vezes, vêem os seus crimes compensados ainda com mais benesses.

Para que não sejam sempre os mais desfavorecidos a pagar, e porque há outras soluções, os trabalhadores, os reformados, os desempregados estão hoje em luta em toda a Europa, e também em Portugal.

Em meu nome pessoal, em nome da CDU, deixo aqui, desta tribuna, uma palavra de solidariedade. Estamos também aí!!

2. Parece que se realizou hoje, com o patrocínio da CMF, a cerimónia de abertura do ano escolar. À partida parece uma iniciativa louvável. Não sei como correu, ou está a correr, mas focalizar esta cerimónia na homenagem aos professores que se reformaram parece-me, no mínimo, limitativo



dos objectivos, nomeadamente de participação, motivação e empenhamento, que tal cerimónia deveria ter. Talvez valha a pena pensar melhor a forma e o conteúdo de iniciativas como estas.

Já agora que falamos de educação, em que pé está a carta educativa do concelho? Será que coisas como encerramentos de escolas, reestruturações de agrupamentos e outras decisões do ministério da educação estão aí contempladas? Será que o documento é apenas um papel que nos custou tempo e dinheiro mas sem qualquer valia e utilidade.

E o conselho Municipal de educação? Já está constituído? Já funciona?

3. Finalmente, e relacionado com o tema anterior. O 5 de Outubro, para além de ser o dia comemorativo da implantação da República, é também o dia do Internacional do Professor. No âmbito das celebrações deste dia, a FENPROF promove duas iniciativas, uma em Lisboa e a outra no Fundão. Esta iniciativa a que se associaram a Câmara Municipal e o Jornal do Fundão visa evocar a vida e a obra de um ilustre fundanense, o Professor Salvado Sampaio.

Dada a importância das celebrações do centenário da República, a iniciativa terá lugar, não no dia cinco mas no dia 16 de Outubro e realiza-se na Moagem.

Sendo uma eminente figura nacional de pedagogo e investigador nunca esqueceu o seu Fundão que visitava amiúde e sobre o qual pensava escrevia e intervinha.

Por isso aqui deixo a informação e também o apelo à participação dos membros desta Assembleia.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Membros da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores

Comunicação Social

Público Presente

Peço a Palavra para expressar a preocupação que o Partido Socialista têm relativamente ao financiamento das Associações do Concelho do Fundão. Entendemos que ~~existe~~^{existe}, à par do que tem vindo a ser denunciado na comunicação social por alguns Presidentes de Junta de Freguesia, falta de diálogo relativamente ao que está protocolado com as associações. Consideramos que a falta do mesmo é grave. Mas é gravíssimo a falta de financiamento das associações. Os recursos financeiros são forma de manter as suas actividades, na falta do subsídio, que deveria ser dado mensalmente, o que fazer? Fechar as portas e deixar ao abandono património da nossa região? Entrar em incumprimento quanto ao pequenos encargos financeiros?

As associações ficam desarmadas! Põem em causa a sua sobrevivência. O Município do Fundão perde! Não há melhor publicidade do que o desenvolvimento a nível nacional de demonstrações culturais que são genuínas do concelho Fundão. Apelamos ao sentido de responsabilidade da Câmara para que as Associações continuem as suas actividades com dignidade!

Obrigada!

ANEXO 4


**Srº Presidente da Assembleia Municipal
Srº Presidente da Câmara Municipal
Srs Vereadores
Caros Colegas
Comunicação Social
Senhoras e senhores:**

A Junta de Freguesia, esteve presente na Festa do Chocalhos com o Espólio do Museu da Pastorícia do Salgueiro, dignificamos a Pastorícia e divulgamos o nosso Mundo Rural .

Alerto o Sr Presidente da Junta de Freguesia de Alpedrinha para que no próximo ano o convite seja efectuado atempadamente e se possível convidando outras Juntas, Associações e ~~outras~~ Entidades ligadas á Pastorícia .

No passado Fim de Semana teve lugar a VI Festa das Vindimas realizada nas Quintãs, foi mais um momento alto da Divulgação das nossas potencialidades agrícolas.

Agradeço a todos os que contribuíram com a sua presença, Câmara Municipal (dr Miguel Gavinhos no Sábado e Drº Alcina Cerdeira no Domingo), colectividades dos Três Povos, Caminheiros da Gardunha, Casa do Benfica do Fundão, Comunicação Social, Bombos da Capinha e o seu Presidente Dr Rogério Palmeiro.

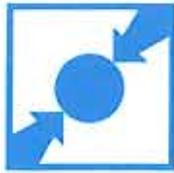
Possivelmente não irá haver VII edição da Festa pois a crise também chega a estes eventos que nós consideramos um Investimento.

Realizamos e estivemos presentes nestes Eventos sem qualquer colaboração Logística ou Financeira .

Um lamento e um reparo, a Fundão Turismo devia apoiar estas festas genuínas e com tradição nas nossas Aldeias, qualquer dia passam a vir ás mesmas só para beber Licores e Shots.

Estrada Municipal 570.1 - ligação Concelhos de Belmonte e Penamacor

**Senhor Presidente, Dr Manuel Frexes, esta promessa Eleitoral também já está cumprida,
Em meu nome pessoal, da Junta de Freguesia, da Nossa Terra e da Nossa Gente,
OBRIGADO**



CDS-PARTIDO POPULAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL FUNDÃO

2010-09-29

Proposta
Rejeitada
Ter sido apresentada alternativamente

PROPOSTA DE HOMENAGEM AO DR. ANTÓNIO LOURENÇO MARQUES

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

No dealbar de um tempo que queremos acreditar que se venha a caracterizar pela retoma de conceitos sem os quais o desenvolvimento, o progresso e a solidariedade não têm lugar, quero propor a esta Câmara que queira tomar a iniciativa de prestar a devida homenagem à dimensão humana e técnica do médico Dr. António Lourenço Marques, dimensão sem a qual não teria sido possível a criação, no Hospital da Cova da Beira, no Fundão, da pioneira Unidade da Dor. Hospital que, segundo notícias que nos chegam, atravessa tempos de incerteza.

O saber e a dedicação do Dr. António Lourenço Marques estão na memória de toda uma população que, há muito, guarda no seu profundo reconhecimento o que tem sido a inquestionável solidariedade deste médico, cuja determinação na defesa dos mais desvalidos é um exemplo do que pode ser a grandeza humana.

Médico que exerce em regime de exclusividade, o Dr. António Lourenço Marques, como é seu timbre, coloca em primeiro lugar o bem comum e, nunca, o seu.

Aos órgãos do poder local, compete, nomeadamente, galardoar e reconhecer individualidades ou entidades dignas de reconhecimento público, promovendo a preservação de referências de humanismo e de serviço.

Assim proponho a esta Assembleia e por seu meio à Câmara Municipal do Fundão no sentido de Homenagear, nos termos do Regulamento Municipal de Concessão de Condecorações, o médico cujo nome ficará, sem dúvida, sempre ligado ao Hospital da Cova da Beira no Fundão, na certeza de que será uma homenagem a que toda a população saberá emprestar a sua presença e reconhecimento.

O Deputado Municipal pelo CDS/PP

Aires Patrício

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária 29 de Outubro de 2010

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Deputados Municipais

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores

Público Presente,

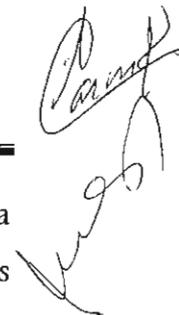
Comunicação Social

Dirijo-me a vós no sentido de apresentar o descontentamento da população de Silvares pelo facto, de ter passado mais um ano, ainda que falem três meses para o fim de 2010, e o parque industrial de Silvares tenha avançado muito pouco. Os problemas de destacamentos de terrenos, problemas burocráticos que na minha maneira de ver não deveriam ser, neste momento, impeditivos para que as obras avançassem. Estes problemas deviam estar resolvidos depois da promessa feita e da disponibilidade dos proprietários dos terrenos. Houvesse mais que vontade de construir o Parque Industrial de Silvares. O povo não esquece a colocação das máquinas no terreno, passadas as eleições, foram retiradas. Que impedimentos estiveram relacionados com a paragem das obras? Mais um mandato e novamente eleições... o mesmo cenário foi apresentado aos Silvarenses! Eis que estamos a 29 de Setembro de 2010 e a minha pergunta é **Quanto tempo mais Silvares vai esperar?** A resposta a esta questão não poderá ser a de que será feito num prazo razoável... porque esse já passou há muito tempo. Tempo esse que levou jovens e mais jovens, face à inércia de alguém, a serem obrigados a sair do país para alcançar sonhos, realizações pessoais, profissionais. Este fenómeno migratório retira a riqueza, a vivacidade de uma Vila.

Na microeconomia há um modelo que pode explicar este fenómeno – modelo Tiebout – modelo de votação com os pés, que explica a deslocação geográfica em função da localização dos bens. É a procura desses bens que conduz as empresas à deslocação geográfica, tal como as pessoas. A falta de actividade económica é a razão para que este problema não seja minimizado ou até mesmo eliminado da economia local de Silvares. Por isso, é urgentíssimo apostar, desenvolver Silvares. Antes, que

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária 29 de Outubro de
2010

outros residentes façam uma votação com os pés quando chamados a decidir a sua vida, porque o voto secreto e universal tem sido dado, com uma boa participação nas respectivas eleições, mas não foram correspondidos, até quando?

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page. The signature is cursive and appears to be a name, possibly 'A. ...', followed by a large, stylized flourish or initial.